



**Realcafé Solúvel do Brasil S/A**

CNPJ 28.154.847/0001-40

Balancos patrimoniais – Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022							
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de caixa	3	78.192	27.484	Fornecedores	11	2.067	2.052
Aplicações financeiras	4	19.644	45.649	Contas a pagar	12	5.339	8.974
Cientes	5	85.089	76.715	Encargos sociais/Impostos	12	4.874	3.371
Estoques	6	39.097	75.293	Dividendos a pagar/Juros sobre capital próprio	13	18.085	16.772
Créditos fiscais	7	11.011	11.240	Empréstimos e financiamentos	14	84.948	82.686
Outros valores circulantes	8	35.391	13.310			115.313	113.855
		<b>268.424</b>	<b>249.691</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	14	23.476	24.158
Realizável a longo prazo				Imposto a recolher	12	2.289	2.739
Depósitos judiciais	15	1.604	1.522	Contingências judiciais	15	3.140	2.456
Créditos fiscais	7	6.837	6.731			28.905	29.353
Outros ativos não circulantes				<b>Patrimônio líquido</b>	16	163.640	163.640
				Capital Social			
				Reservas de lucros:			
				Reserva legal		5.965	3.189
				Reserva retenção		82.375	60.593
						<b>251.980</b>	<b>227.422</b>
						<b>396.198</b>	<b>370.630</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>396.198</b>	<b>370.630</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>396.198</b>	<b>370.630</b>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucro	Lucros líquidos/(prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163.640	1.860	35.347	-	200.847
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.072	43.072
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	1.329	-	(1.329)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	25.246	(25.246)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(16.497)	(16.497)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	163.640	3.189	60.593	-	227.422
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.519	55.519
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	2.776	-	(2.776)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	21.782	(21.782)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(30.961)	(30.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	163.640	5.965	82.375	-	251.980

**Notas explicativas às demonstrações contábeis – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Realcafé Solúvel do Brasil S/A, constituída em 04 de dezembro de 1968, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, situada na Rodovia Gov. Mário Covas, 140 A, Marçilio de Noronha, no município de Viana, estado do Espírito Santo, sendo uma das maiores e mais tradicionais beneficiadoras de café do Brasil.  
A Companhia é controlada pelo Grupo Tristão, que detém 93,31% do capital social, tanto o controlador e a controlada desenvolvem as suas atividades em função do setor cafeeiro, tendo a Realcafé Solúvel do Brasil S/A, o objetivo de realizar a industrialização de produtos alimentícios a base de café, tais como café solúvel a granel e em sachê, além de café torrado e moído.  
A atuação da companhia está majoritariamente na produção de produtos Private Label, tendo abrangência no mercado interno e externo, com vendas para os seguintes mercados: EUA, Indonésia, Austrália, Holanda, França, Argentina dentre outros. Porém, a mesma também detém marcas próprias de abrangência local (estado do Espírito Santo), a companhia tem investido no segmento de cafés especiais, objetivando a melhoria da qualidade do café Arábica no estado do Espírito Santo.  
O ano de 2023 teve uma retração do volume exportado de 8,1pp em relação ao ano de 2022 e de 12,8pp em relação a 2021. Esse efeito é fruto de um ajuste de lead time logístico, o que ocasionou menor tempo entre o embarque e a entrega ao cliente, neste sentido, houve dimensionamento de nossos clientes quanto a novos pedidos, consumindo o estoque já recebido de anos anteriores. Reforçando o compromisso com os clientes e funcionários bem como toda sociedade em ser cada vez mais uma Companhia sustentável e eficiente. Neste período divulgamos publicamente nossos indicadores de sustentabilidade a nível de Grupo, o comitê de discursão cuja responsabilidade foi desenvolver uma matriz de sustentabilidade aliando nossas práticas, valores e desejos para cada pilar do ESG (Environmental, Sustainability and Governance), sendo este material disponibilizado em nosso site eletrônico.  
Durante o exercício de 2023, a Companhia distribuiu aos seus empregados participação dos resultados de 2022, além disto, provisionou a distribuição de juros sobre capital, que será deliberada na próxima AGO, respeitando o mínimo obrigatório pelo estatuto.  
A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2024.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**  
**2.1. Base de apresentação**  
As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outros responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).  
A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.  
**2.2. Base de mensuração**  
As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.  
**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**2.4. Políticas contábeis materiais**  
**Resumo das políticas contábeis materiais**  
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.  
**a. Instrumentos financeiros**  
Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.  
Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.  
O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.  
Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:  
• **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;  
• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;  
• **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.  
Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:  
• Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para

negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;  
• **Custo amortizado:** passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.  
**b. Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.  
**c. Caixa e equivalentes de caixa**  
Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento e de aplicações financeiras com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.  
Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.  
**d. Aplicações financeiras**  
As aplicações financeiras correspondem a ativo financeiro ou título de crédito oferecido por uma instituição financeira com o objetivo de obter uma remuneração para os recursos aplicados.  
A Companhia classifica seus ativos financeiros conforme a finalidade para a qual eles foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.  
**e. Contas a receber e clientes**  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.  
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer diante de eventuais perdas na realização dos créditos.  
Os cálculos do ajuste a valor presente não apresentaram valores relevantes em razão do curtíssimo prazo de liquidação das duplicatas a receber. Portanto, não houve contabilização de ajuste a valor presente.  
**f. Estoques**  
Os estoques são demonstrados ao custo médio, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem ao custo de reposição.  
**g. Impostos a recuperar**  
Os impostos a recuperar são compostos de créditos apurados nas operações mercantis, sendo que os tributos de responsabilidade e administração da Receita Federal do Brasil podem ser compensados com tributos da mesma natureza, já os tributos administrados pela Secretarias de fazenda estaduais, só podem ser compensados com o próprio tributo.  
A companhia classifica os impostos a recuperar em curto e longo prazo em razão da sua capacidade de geração de créditos e de sua necessidade de uso.  
**h. Despesas antecipadas**  
As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmio de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.  
**i. Ativos circulantes e não circulantes**  
Outros ativos circulantes e não circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indícios de perdas não recuperáveis.  
**j. Imobilizado**  
O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizáveis.  
A depreciação é calculada utilizando o método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, para a qual a Companhia revisa periodicamente.  
A Administração da Companhia não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC 01.  
**k. Fornecedores**  
Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante.  
**l. Empréstimos e financiamentos**  
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.  
Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.  
Os empréstimos e financiamentos são representados por Adiantamentos de Contratos de Câmbio, Funcafé, Finame, leasings e Pré-Pagamentos de exportação, considerando-os como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, estes são classificados como passivo não circulante.  
**m. Passivos circulantes e não circulantes**  
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2023	2022
Receita operacional, líquida	17	385.198	400.125
Custos dos produtos vendidos		(320.472)	(346.263)
Lucro bruto		64.726	53.862
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com vendas		(6.678)	(6.459)
Despesas administrativas e gerais		(26.544)	(29.759)
Créditos tributários		16.110	15.608
Depreciações e amortizações		(6.817)	(6.066)
Outros resultados operacionais líquido		3.437	1.743
Resultado antes do efeito financeiro		44.234	28.929
Resultado financeiro e cambial		16.516	26.617
Resultado cambial líquido		6.916	968
Receitas (despesas) financeiras líquidas		23.432	27.585
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		67.666	56.514
Imposto de Renda		(8.847)	(9.639)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido		(3.300)	(3.803)
		<b>(12.147)</b>	<b>(13.442)</b>
Lucro líquido do exercício		<b>55.519</b>	<b>43.072</b>
Lucro líquido por ação em reais		<b>148,95</b>	<b>115,56</b>

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2023	2022	
Lucro Líquido do período	55.519	43.072	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente	<b>55.519</b>	<b>43.072</b>	

encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada no resultado.  
**n. Provisões**  
São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.  
**o. Provisões para contingências**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.  
**p. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido**  
As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes.  
Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas aliquotas de 15% acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.  
**q. Benefícios a funcionários**  
A Companhia oferece aos seus empregados benefícios como assistência odontológica, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), seguro de vida, vale transporte, entre outros. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.  
**r. Reconhecimento da receita**  
**Apuração do resultado**  
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.  
A Companhia em suas vendas no mercado interno e externo, reconhece as suas receitas quando da transferência de propriedade da mercadoria ao cliente. No caso das exportações considera-se configurada a transferência da propriedade das seguintes maneiras:  
• no caso de operação com cláusula "FOB" - Free on Board (Posto a Bordo), a transferência da propriedade dos bens se dá quando de sua entrega ao transportador;  
• já para as operações com cláusula "CIF" - Cost, Insurance and Freight (Custo, Seguro e Frete), a transferência se verifica somente quando da entrega das mercadorias ao comprador.  
O "FOB" ocorre quando as despesas de frete, seguro e taxas forem por conta do cliente, enquanto no "CIF" as despesas de frete, seguro e taxas correm por conta do fornecedor. Em ambos os casos a Companhia considera transferência da propriedade de mercadorias exportadas na ocasião do embarque, que para esta se opera:  
a) quando de sua entrega ao transportador na modalidade "FOB"; e b) quando da entrega das mercadorias ao comprador para a modalidade "CIF", cabendo nesse momento o registro contábil da respectiva receita.  
**Receitas financeiras**  
As receitas financeiras são reconhecidas "pro rata die" com base no método da taxa de juros efetiva.  
**s. Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio**  
A distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no exercício em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia.  
**t. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.  
**Estimativas e premissas**  
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:  
(i) **Provisão para garantias**  
Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.  
(ii) **Provisão para contingências**  
A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.  
**u. Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).  
**2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023**  
As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.  
**a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;**  
A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.  
A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.  
Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis.  
**b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;**  
Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.  
Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.  
**c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;**  
O Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.  
Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção do reconhecimento inicial para certas transações que resultam

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2023	2022	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	55.519	43.072	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações	6.787	6.032	
Amortizações	30	16	
Baixas de Imobilizado/ Intangível	292	365	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36	349	
Provisão para perda de estoque	(18)	45	
Contingências	684	223	
Provisão juros e variação cambial	668	3.915	
Lucro líquido ajustado	63.998	54.017	
<b>Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais</b>			
Variação de contas a receber de clientes	(8.410)	(15.692)	
Variação de estoques	36.214	91.074	
Variação de impostos a recuperar	123	(3.465)	
Variação de outros créditos	(22.043)	(10.976)	
Depósitos judiciais	(82)	(1.126)	
	5.802	59.815	
<b>Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais</b>			
Variação de fornecedores	15	(196)	
Variação de obrigações tributárias	1.053	(2.119)	
Variação de outros débitos	(3.635)	4.210	
	(2.567)	1.895	
<b>Caixa líquido gerado provenientes das atividades operacionais</b>	<b>67.233</b>	<b>115.727</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do ativo imobilizado, inclusive bens arrendados e Intangível	(13.794)	(14.627)	
Aplicações financeiras	26.005	(22.794)	
<b>Caixa líquido gerado (consumido) proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>12.211</b>	<b>(37.421)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos	94.905	91.088	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(93.993)	(134.833)	
Pagamento de juros sobre capital próprio	(29.648)	(8.105)	
<b>Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(28.736)</b>	<b>(51.850)</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa Disponibilidades</b>	<b>50.708</b>	<b>26.456</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 31 de Dezembro	27.484	1.028	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 31 de Dezembro	78.192	27.484	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>50.708</b>	<b>26.456</b>	

tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.  
Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.  
ii. **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two**  
Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.  
O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.  
As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retroativamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.  
A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.  
d) **Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;**  
As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.  
**2.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2023**  
Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:  
a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;  
b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;  
c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;  
d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (

Continuação

	2023	2022
Mercado externo (a)	76.084	66.000
Mercado interno (b)	9.102	10.728
(-) Provisão de devedores duvidosos	(49)	(13)
(-) Descontos no recebimento	(48)	-
	<b>85.089</b>	<b>76.715</b>

(a) O contas a receber do mercado externo não existe histórico de perdas recentes, sendo todos os títulos recebidos via ordem de pagamento aguardando somente a comunicação da empresa para efetuar a nacionalização do recurso ou liquidação de ACC. Saldo com partes relacionadas corresponde a 73% (Nota Explicativa 27).

	2023	2022
Café (a)	5.009	31.542
Produtos acabados (b)	22.296	32.088
Produtos em elaboração	4.111	3.172
Insumos, embalagens e itens de reposição para indústria	7.575	8.508
Outros estoques	200	95
Provisão de perda de estoque	(94)	(112)
	<b>39.097</b>	<b>75.293</b>

(a) A companhia adota como prática a estocagem de seu insumo principal que é o café para períodos futuros, portanto, com o fechamento de uma venda futura, já é assegurado a compra do café evitando riscos de possíveis escalonamento de preços. Em valores em reais no ano de 2023 a Companhia fechou com 5 milhões de reais em estoque. O principal produto em estoque é o Café Conilon, insumo base na indústria de Café Solúvel.

	2023	2022
ICMS	898	684
IRPJ e CSLL	2.166	1.704
PIS/COFINS (a)	9.748	9.432
REINTEGRA (b)	586	1.716
IRPJ e CSLL Diferido (c)	4.422	4.381
Outros Créditos	28	54
	<b>17.848</b>	<b>17.971</b>
Circulante	<b>11.011</b>	<b>11.240</b>
Não Circulante	<b>6.837</b>	<b>6.731</b>

(a) Créditos relativos à não cumulatividade do PIS e COFINS sobre compras de café, sacaria e gastos diretos, destinados à exportação, autorizados pelas Leis nº 10.637/02, 10.833/03 e nº 12.599/12, passíveis de compensação com tributos federais ou pedidos de restituição em espécie.

(b) Créditos advindos do benefício fiscal denominado Regime Especial de Reintegração de Valores tributados para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA.

(c) No ano de 2021 passou a registrar o valor de IRPJ e CSLL das adições provisórias, constituindo o ativo diferido.

	2023	2022
Despesas antecipadas	287	203
Outros adiantamentos	2.875	2.995
Adiantamentos a fornecedores de café	32.229	10.111
	<b>35.391</b>	<b>13.310</b>

CONTA	Taxa de depreciação %	2022	Aquisições/Depreciações		Transf.	2023
			Baixa	2023		
<b>IMOBILIZADO</b>						
Terrenos	35.623	-	-	-	35.623	
Beneficiárias em Terrenos	690	-	-	-	690	
Beneficiárias/Instalações em imóveis uso	50.142	20	-	13.023	63.185	
Máquinas equipamentos	81.533	5.936	(1.199)	47	86.317	
Móveis / Utensílios e máquinas	1.904	235	(32)	-	2.108	
Veículos	802	-	(6)	-	796	
Obras em andamento	15.863	7.103	(434)	(13.070)	9.462	
Outras imobilizações	107	-	(3)	-	104	
Equipamentos de informática	4.688	460	(55)	-	5.093	
Total do Imobilizado	191.352	13.754	(1.729)	-	203.377	
<b>DEPRECIAÇÕES</b>						
Beneficiárias em terrenos	4	(549)	(28)	-	(577)	
Beneficiárias/Instalações em imóveis uso	4	(18.754)	(2.346)	-	(21.100)	
Máquinas equipamentos	10	(53.393)	(4.026)	1.327	(56.092)	
Móveis / Utensílios e máquinas	10	(1.103)	(164)	38	(1.229)	
Veículos	20	(746)	(45)	6	(784)	
Outras imobilizações	10	(97)	(4)	3	(98)	
Equipamentos de informática	20	(4.176)	(174)	92	(4.258)	
Total das depreciações	(78.818)	(6.787)	1.466	-	(84.139)	
Valor Residual	112.534	6.967	(263)	-	119.238	

RUBRICA	2022	Aquisições		Transf.	2023
		Baixa	2023		
Software	300	40	(29)	-	311
Total do Intangível	300	40	-	-	311

Amortização	Taxa de Amortização %	2022	Aquisições		Transf.	2023
			Baixa	2023		
Software	20	(186)	(30)	-	(216)	
		(186)	(30)	-	(216)	

	2023	2022
Valor líquido	114	10

	2023	2022
11. Contas a pagar		
Adiantamento a clientes	60	20
Participação nos resultados (a)	4.316	4.139
Provisão de Diferença de tarifas de Gás (b)	-	3.756
Outras contas a pagar	963	1.059
	<b>5.339</b>	<b>8.974</b>

(a) No ano de 2023 a Companhia estabeleceu metas operacionais para o plano de participação nos resultados, os indicadores foram acompanhados ao longo do ano, sendo todos atingidos foi provisionado a participação nos resultados a serem liquidados em março/2024.

(b) No ano de Ação Civil Pública nº 5000.284-80.2022.8.08.0024 determinou a manutenção dos preços de molécula de gás praticados no contrato de suprimento celebrado entre a PETROBRAS e ES GÁS cujo prazo se encerrou no dia 31/12/2021, havia uma expectativa que os valores fossem cobrado retroativamente o que ensejou a provisão desta diferença de tarifa em 2022 vigente congelando o reajuste da tarifa de gás natural cobrado da Petrobras para as distribuidoras, consequentemente o valor cobrado aos consumidores foi com base na tarifa do ano de 2021. Como esta ação judicial estava lastreada apenas para o ano de 2022 a companhia provisionou a diferença entre o valor que deveria ser cobrado e o valor que foi efetivamente cobrado.

No entanto foi assinado um acordo entre a ES Gás e a Petrobras que permitiu ao longo do mês de janeiro de 2023 fosse protocolado um acordo judicial entre o Estado do Espírito Santo e a PETROBRAS, com objetivo de encerrar a demanda judicial e consequentemente suspender as decisões liminares. Tal acordo foi benéfico à Companhia e ratificou que a diferença não será objeto de cobrança. Revertendo a provisão no ano de 2023

	2023	2022
CIRCULANTE		
Encargos sociais/Impostos	2.686	1.638
Encargos sociais sobre folha pagamento	338	362
Tributos retidos na fonte	28	33
ICMS	219	842
Imposto renda e contribuição social	1.104	46
PERT/REFIS	499	450
	<b>4.874</b>	<b>3.371</b>

	2023	2022
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recolher		
Parcelamento receita federal	2.957	3.538
Juros parcelamento	(668)	(799)
	<b>2.289</b>	<b>2.739</b>

	2023	2022
Total de encargos sociais/Impostos a recolher	<b>7.564</b>	<b>6.110</b>

13. Dividendos a pagar/Juros sobre capital próprio  
Aos acionistas são garantidos, estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do Lucro Líquido do exercício, calculados nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

	2023	2022
Juros sobre capital próprio - Ano 2023	17.712	-
Juros sobre capital próprio - Ano 2022	231	16.497
Juros sobre capital próprio - Ano 2021	142	213
Juros sobre capital próprio - Ano 2020	-	62
	<b>18.085</b>	<b>16.772</b>

A Companhia possui ações ao portador, cujo a identificação é desconhecida, que equivale a 0,6% do capital, além de 0,7% de acionistas cujo cadastro se encontra desatualizado, portanto, há valores retidos de juros sobre capital próprio, sendo as competências discriminadas acima.

14. Empréstimos e financiamentos

	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cédula de crédito rural	94.228	23.771	117.999	82.612
Finame	-	-	-	346
Bandes	-	-	1.510	-
Empréstimos e financiamentos	94.228	23.771	117.999	84.468
Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
derivativos	(9.280)	(295)	(9.575)	(1.782)
Dívida Incluindo Derivativos	84.948	23.476	108.424	82.686

	2023	2022
Movimentação:		
ACC		
Saldo inicial	-	44.782
Captações no período	-	46.225
Juros Apropriados	-	897
Varição cambial	-	(4.746)
Liquidação de principal + juros	-	(87.158)

	2023	2022
Funcafe		
Saldo inicial	107.486	98.482
Captações no período	94.905	91.088
Juros Apropriados	7.611	6.393
Varição cambial	-	-
Liquidação de principal + juros	(92.003)	(88.477)

	2023	2022
Outros Empréstimos		
Saldo inicial	1.856	5.667
Captações no período	-	-
Juros Apropriados	134	-
Varição cambial	-	-
Liquidação de principal + juros	(1.990)	(3.811)
	-	1.856
Total	117.999	109.342

14.2. Empréstimos e financiamentos  
As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente em cédula de crédito rural (Funcafe) em real brasileiro com prazo médio de 12 a 24 meses. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, sendo ajustadas pelo custo amortizado e valor justo de acordo com as taxas contratadas.

(i) Cédula de crédito rural (Funcafe)  
Refere-se ao financiamento com recurso do fundo de defesa da economia cafeeira (Funcafe) para as modalidades de custeio, estocagem, aquisição de café (FAC), capital de giro para cooperativa de produção e capital de giro para indústria de torrefação, este recurso é destinado a cafeicultores, cooperativas de produtores rurais e agroindústria do setor de café.

14.3. Instrumentos financeiros derivativos  
A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações em razão de ser preponderantemente exportadora. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza derivativos tais como NDF ou SWAP, sendo eles discriminados abaixo:

	2023	2022
(i) Swap		
São contratos financeiros em que se negocia a troca de indexadores durante determinado período. A Companhia optou por vincular este derivativo as operações de Funcafe com intuito de converter a sua		

dívida de Real (R\$) para Dólar Americano (USD), ou seja, alterando a taxa pré-fixada em R\$ para Varição Cambial mais custos determinados pelo Banco.

(ii) NDF  
São contratos a termo de moedas, negociado em mercado de balcão, cujo objetivo é fixar, antecipadamente, uma taxa de câmbio em uma data futura. No vencimento, a liquidação ocorre pela diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa de mercado definida como referência, a Companhia adota como prática a adoção deste derivativo a fim de atenuar os impactos de exposição cambial.

15. Provisão para contingências / Depósitos Judiciais  
O saldo da provisão, constituído com base na opinião de seus consultores jurídicos, quanto à probabilidade de perda provável em processos judiciais, pode ser assim discriminado:

	2023	2022
Cíveis	870	974
Trabalhistas	2.270	1.482
	<b>3.140</b>	<b>2.456</b>

Na data da demonstração contábil, a Companhia apresentava os seguintes valores em garantia correspondentes a depósitos judiciais:

	2023	2022
Trabalhistas	448	495
Tributárias	1.127	998
Outros	29	29
	<b>1.604</b>	<b>1.522</b>

15.1 Passivos contingentes

(i) As declarações de Imposto de Renda e demais informativos fiscais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base, bem como aqueles que porventura são objetos de processos administrativos. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição. A Administração da Companhia, entretanto, não espera perdas significativas como decorrência de eventuais revisões futuras pelas autoridades fiscais. Embora no ano de 2023 a companhia tenha encerrado discursões administrativas sem êxito, a administração judicializou as ações onde não cabia mais recurso administrativo, garantido o valor da causa por depósito

judicial conforme demonstrado no quadro acima  
(ii) A companhia é ré em ações judiciais cíveis, tributárias e trabalhistas classificadas com risco de perda possível, de acordo com a opinião dos nossos consultores jurídicos, sendo estas discriminadas abaixo:

	2023	2022
Trabalhistas	1.568	647
Tributário	1.169	-
	<b>2.737</b>	<b>647</b>

E a sua movimentação demonstrada abaixo:  
Saldo de passivos contingentes em 2022 **647**  
Mudança de classificação para provável **(36)**  
Mudança de fase para arquivado **(52)**  
Novos passivos contingentes **2.178**  
Saldo de passivos contingentes em 2023 **2.737**

16. Patrimônio líquido

a) Capital social  
Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$ 163.640, representado por 372.729 (trezentos e setenta e dois mil e setecentos e vinte e nove) ações, sem valor nominal, todas nominativas, sendo 224.502 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos e dois) ações ordinárias e 148.227 (cento e quarenta e oito mil e duzentos e vinte e sete) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas possuem preferência no reembolso de capital e fazem jus a dividendos, não fixos e sem valor mínimo, entretanto, em montante de 10% superior ao atribuído às ações ordinárias.

b) Reservas de capital e de lucro  
A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

c) Reservas de retenção  
A reserva de retenção de lucros e adotada pela companhia com o objetivo de proteção ao capital social da Companhia e de seus acionistas.  
d) Dividendos  
O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	55.519	(2.776)
Constituição de reserva legal	52.743	13.186
Lucro líquido ajustado	(4.651)	(30.961)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(26.310)	(6.651)
	<b>(4.651)</b>	<b>(30.961)</b>

Juros sobre capital próprio líquido  
Imposto de renda **(4.651)**  
Total de JSCP distribuído **(30.961)**

	2023	2022
17. Receita operacional, líquida		
Mercado interno	87.954	91.323
Mercado externo	306.319	317.637
Faturamento bruto	394.273	408.960

	2023	2022
Devoluções de vendas	(1.104)	(954)
Impostos incidentes	(7.971)	(7.881)
Deduções da receita bruta	(9.075)	(8.835)
	<b>(17.999)</b>	<b>(107.486)</b>
Receita Líquida	<b>385.198</b>	<b>400.125</b>

A receita líquida da companhia em 2023 foi de 385.198, uma redução de 3,73pp em relação a receita líquida do ano anterior, o volume de vendas retraiu comparando com o ano anterior, tanto no mercado externo quanto no interno.

18. Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros  
A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito. A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar essas situações e pode utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos.

Tais políticas e procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos.

A Companhia usa seu julgamento para escolher o melhor mecanismo e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b. Política de gestão de riscos financeiros

Risco de crédito  
A Companhia pode incorrer em perdas por conta de eventuais problemas financeiros de seus clientes, que os levem a não honrar seus compromissos com a companhia. Este risco é administrado com recebimento das vendas "Against documents", bem como evitando a concentração de vendas em determinados mercados consumidores e em clientes específicos. O risco do saldo a receber de cliente é devidamente monitorado e quando necessário, efetua-se o registro de provisão para devedores duvidosos.

Risco de preço de commodities/Risco Cambial  
Com intuito de mitigar a sua exposição com a flutuação do preço do café verde em grão e também do dólar americano, a companhia simultaneamente a efetivação do contrato de venda, efetua a compra do café verde em grão necessário ao processo produtivo para manter os níveis de estoque compatíveis com as quantidades de vendas firmadas e a venda de dólar americano junto a "B3", a fim de firmar o câmbio de acordo com a política de exposição ao risco físico e de preço do café estabelecido pela administração.

Objetivando a proteção cambial a companhia utiliza-se de uma corretora especializada que intermedia a operação de compra e venda de dólar americano diretamente com a "B3", evitando assim a exposição cambial da companhia.

Eventualmente, a mesma, utiliza com o mesmo intuito de se proteger das oscilações cambiais e evitar a chamada de margem excessiva, a venda de contratos de NDF - "Non-deliverable forward" junto às instituições financeiras, assim como operações de SWAP. Com intuito de transformar instrumentos financeiros de dívida em reais para dólar americano.

Risco de liquidez  
É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo corpo diretivo da Companhia.

c. Gestão de Capital  
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por

## 2073 REAL CAFE - BALANCO.pdf

Código do documento: 2073



### Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

### Registro de Eventos:

26 mar 2024, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 2073

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2024-03-26T00:29:15-03:00

26 mar 2024, 00:29:15 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2024-03-26T00:29:15-03:00

26 mar 2024, 00:29:15 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2024-03-26T00:29:15-03:00

### Hash do documento original:

[SHA256]: 5e7e2c44e1462552da84f3f7e64e935e2b866e76f5f6ed80e99ae48ba3ac814f

[SHA512]: 65f0353877e8dc75b8d5d2d8d0c0b1e6983b84dfd1b1085b1e95253452f742a5cd029ff7474e08e80e3761f95398498e0ee14c419d2479cd16b5201c2ed71ee8

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB